

## NECESSIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA VOLTADA PARA A ATUAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC

Angela da Silva Vieira<sup>1</sup>  
Viviane Bastos<sup>2</sup>

**Resumo:** Os educadores sociais são trabalhadores que acompanham diariamente a rotina de crianças e adolescentes vítimas de algum tipo de violência, ou que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou risco pessoal, que vivem nas instituições de acolhimento. Além dos cuidados básicos como alimentação, os educadores sociais têm de lidar com demandas complexas, sejam elas de ordem institucional ou ainda de ordem emocional. Estes profissionais de nível médio são reconhecidos como componentes das equipes de referência dos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio da Resolução CNAS nº 09, de 15 de abril de 2014, dentre as funções desempenhadas pelo educador social, estão o desenvolvimento de ações socioeducativas e a participação nas reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultados. Além disso, os documentos de orientações técnicas para os serviços de acolhimento apontam para a importância de capacitações e formação continuada para os profissionais que atuam nos espaços de acolhimento institucional. Desta forma, por meio de uma pesquisa qualitativa, exploratória e de levantamento, este estudo tem como objetivo caracterizar os elementos fundamentais para a elaboração de capacitação de educadores sociais que atuam em casas de acolhimento para crianças e adolescentes, no município de São José/SC, a partir das experiências desses profissionais. Para tal, considerou-se necessário conhecer as legislações que regulamentam a profissão do Educador Social e as relativas às casas de acolhimento no que se refere à formação da equipe técnica; identificar as principais demandas do trabalho dos educadores sociais e equipe técnica; diagnosticar as necessidades de formação continuada pelos educadores sociais; e verificar a relação da equipe técnica (psicólogo e assistente social) para o processo de formação do educador social. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas utilizando roteiros semiestruturados, com 13 educadoras sociais, duas psicólogas e duas coordenadoras, de três casas de acolhimento para crianças e adolescentes. Como resultado, confirmou-se a necessidade de capacitações por parte das educadoras sociais atuantes no município de São José/SC, principalmente no que se refere ao papel do educador social no espaço de acolhimento institucional, suas atribuições e contribuições para o trabalho multidisciplinar em prol do desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos, da importância da construção de vínculos e o manejo das demandas de rotina. Sugere-se ainda a realização de estudos voltados para a atenção em saúde mental dos educadores sociais.

**Palavras-chave:** Formação continuada. Educadores Sociais. Casa de acolhimento. Crianças e adolescentes. Psicólogo no SUAS.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: angela.silva.vieira@gmail.com. Orientadora: Prof. Viviane Bastos, Me.

<sup>2</sup>Mestre em Educação. Professora Titular na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL.

## 1 INTRODUÇÃO

Os educadores sociais são trabalhadores que acompanham diariamente a rotina de crianças e adolescentes que vivem nas instituições de acolhimento. Além dos cuidados básicos como alimentação, eles têm de lidar com demandas complexas, sejam elas de ordem institucional ou ainda de ordem emocional. As crianças e adolescentes destas instituições são, em sua maioria, vítimas de algum tipo de violência, ou se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou risco pessoal. Dessa forma, é importante que os educadores sociais tenham conhecimento deste cenário, bem como dos objetivos de um espaço de acolhimento, dos motivos pelos quais levaram esses sujeitos a serem acolhidos sob uma medida de proteção e, ainda, qual a sua função enquanto educador social dentro do contexto institucional.

Ter clareza das suas funções e postura profissional, diante da realidade apresentada dentro de um equipamento de medida de proteção, é fundamental no sentido de evitar que sejam reproduzidas outras violências contra as crianças e adolescentes acolhidos, tornando um espaço que antes era protetivo, em um espaço violador de direitos.

A profissão do educador social foi criada através do Projeto de Lei nº 5.346 de 2009, que prevê a atuação deste profissional em contextos educativos, sejam eles dentro e/ou fora do âmbito escolar. Esta profissão possui caráter sociocultural, sociopedagógico e sociopolítico e envolve o trabalho com pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade social, violência física e psicológica. Para o exercício da atividade, há exigências de perfil, como a necessidade deste profissional em ter o Ensino Médio como nível de escolaridade mínima. De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO, 2022), os educadores sociais são considerados profissionais que visam garantir a atenção, defesa e proteção a pessoas em situação de risco pessoal, social e a adolescentes em conflito com a lei. Procuram assegurar seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as e identificando suas necessidades e demandas. No ano de 2015, foi criado um novo Projeto de Lei nº 328/2015, que buscou a regulamentação da profissão. O Projeto foi aprovado em 2019, cujo número passou a ser 2.941/2019 e o Projeto de Lei segue em tramitação.<sup>3</sup>

Cabe ressaltar, que a ocupação do educador social é reconhecida pela Resolução CNAS nº 09, de 15 de abril de 2014, a qual se refere a estes profissionais de nível médio, como componentes das equipes de referência dos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Conforme a Resolução, dentre as funções desempenhadas pelo educador

---

<sup>3</sup> Até a conclusão deste projeto de pesquisa, não houve alteração na tramitação do referido Projeto de Lei.

social, estão o desenvolvimento de ações socioeducativas e a participação nas reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultados.

De acordo com as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes (CONANDA, 2009, p. 54), o educador social deverá ser um profissional capacitado, “desempenhar seu papel com autonomia e ser reconhecido como figura de autoridade para a criança e o adolescente”. Portanto, ressalta a importância da orientação permanente e suporte por parte da equipe técnica e coordenação do serviço, que devem proporcionar momentos de compartilhamento e trocas das experiências e das angústias que permeiam a atuação dos educadores sociais, possibilitando “a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento de desafios”.

Além de garantir os cuidados básicos e asseio das crianças e adolescentes, o educador social tem papel importante na qualidade do desenvolvimento dos acolhidos durante o período em que estiverem na instituição. Proporcionar um ambiente familiar e acolhedor, desenvolver vínculos afetivos com as crianças e adolescentes, bem como, estimular e fortalecer os vínculos dos acolhidos com seus familiares, no sentido de promover a reintegração familiar ou com a família substituta, são alguns dos papéis desempenhados pelo educador, conforme apresenta as Orientações Técnicas nos Serviços de Acolhimento (2009). Santos e Rocha (et al 2017, p. 3) afirmam que os educadores sociais que atuam nos espaços socioeducativos, contribuem para emancipação social dos indivíduos de tal forma “que possibilite a qualquer sujeito o desenvolvimento e a formação de uma identidade”, por meio de experiências que estimulem a descoberta de “novos potenciais, fazendo com que adquiram e/ou fortaleçam sua autoestima e autoconhecimento”.

No que se refere ao aprimoramento do cuidado prestado por esses profissionais, destaca-se a importância do Projeto Político Pedagógico instituído por cada instituição de acolhimento. Este deve conter orientações de funcionamento do acolhimento institucional, seja no âmbito interno ou ainda em relação à rede, às famílias e a comunidade na qual está inserida, “sua elaboração é uma tarefa que deve ser realizada coletivamente, de modo a envolver toda a equipe do serviço, as crianças, adolescentes e suas famílias” (CONANDA, 2009, p. 49). É no Projeto Político Pedagógico, por exemplo, que devem constar as estratégias de capacitação e supervisão da equipe de trabalho, incluindo os educadores sociais.

Em relação ao percurso normativo de reconhecimento dos profissionais que atuam no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, especialmente no que se refere a valorização, qualificação e formação profissional, é importante destacar as medidas e materiais voltados

para a capacitação e formação continuada dos profissionais do SUAS, especificamente dos educadores sociais. No ano de 2012 foi instituído o Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS), por meio da Resolução CNAS nº 08, de 16 de março, cujo objetivo é “apoiar, estados e o Distrito Federal, na execução dos Planos Estaduais de Capacitação do SUAS na perspectiva de atender às capacitações das agendas prioritárias de âmbito nacional”.

O público alvo são os gestores, dirigentes socioassistenciais, conselheiros e demais trabalhadores da assistência social, indicando, dentre outras providências, a gestão dos municípios como responsáveis por, ofertar capacitação introdutória (nivelamento), cursos de atualização e de aperfeiçoamento aos dirigentes e trabalhadores da rede socioassistencial do SUAS, bem como cumprir as metas previstas no Plano Decenal da Assistência Social.

O Programa CapacitaSUAS é baseado e atualizado conforme a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social, instituída pela Resolução CNAS nº 04, de 13 de março de 2013, do Conselho Nacional de Assistência Social, cujo objetivo é “institucionalizar, no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da Educação Permanente, estabelecendo suas diretrizes e princípios e definindo os meios, mecanismos, instrumentos e arranjos institucionais necessários à sua operacionalização e efetivação”, propondo, dentre outras coisas, ações de formação e capacitação adequadas às qualificações profissionais requeridas pelo SUAS, que vêm compor o Plano de Educação Permanente de cada município. No ano de 2019 o Conselho Municipal de Assistência Social de São José/SC aprovou o Plano de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social de São José/SC.

Daffre (2012 apud COSTA *et al*, 2018) destaca a importância de refletir sobre o papel que os educadores sociais desempenham nos espaços de acolhimento institucional e sobre a forma como são estabelecidas as relações de trabalho e cuidado dentro do acolhimento, já que a falta de preparo profissional e emocional, cansaço e falta de tempo dos educadores sociais, bem como condições e recursos financeiros precários e deficientes, culminam em prejuízos na formação de vínculos entre educadores sociais e acolhidos e, conseqüentemente, na relação de cuidados.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, define o acolhimento institucional como uma medida provisória e excepcional, utilizada como forma de transição para a reintegração familiar ou, quando isso não for possível, para convívio em família substituta, não implicando na privação de liberdade.

As crianças e adolescentes são acolhidos através de medida de proteção efetivada por meio da Diretoria de Proteção Social especial de Alta Complexidade, vinculada à Secretaria

Municipal de Assistência Social, quando “além da violação de direitos, houve o rompimento de vínculos, o indivíduo precisa ser retirado do convívio familiar e encaminhado para instituições denominadas de alta complexidade” (BRASIL, 2005 apud GUARESCHI; CRUZ, 2014, p. 42).

O acolhimento institucional faz parte de um histórico de medidas de proteção à infância e adolescência no Brasil tem início ainda no período colonial, mais especificamente, com a implantação da primeira “Roda dos Expostos”, em 1726 na cidade de Salvador, Bahia. Conforme Marcílio (1997), a roda consistia em dispositivo cilíndrico, geralmente fixados nos muros dos hospitais, que continham uma divisória no meio onde eram colocados os bebês que se queriam abandonar. Esta medida perdurou até o século XIX, quando algumas das casas dos expostos foram fechadas, sendo assim, o município e os cidadãos civis passaram a se responsabilizar pelos cuidados e proteção dos expostos. No ano de 1828, foi implantada em Santa Catarina, uma roda dos expostos na antiga capital, Desterro (Florianópolis), de acordo com Marcílio (1997), os expostos ficavam sob responsabilidade da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. A roda ficava localizada no atual Hospital de Caridade de Santa Catarina.

Ao longo dos anos, normas foram estabelecidas em favor da proteção e amparo da infância e adolescência, como é o caso da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, mais conhecida como LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), que instituiu, dentre outros Programas da Assistência Social, o PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que tem como objetivo a retirada de crianças e adolescentes, menores de 16 (dezesesseis) anos, em situação de trabalho, por meio da oferta de serviços socioeducativos. Em 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social que apresentou, dentre outras providências, a divisão da Assistência Social em função dos níveis de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Conforme a Política Nacional de Assistência Social (2004), os serviços de alta complexidade devem garantir a proteção integral no que se refere alimentação, moradia, higienização, proteção de indivíduos e famílias com vínculos fragilizados, em situação de risco ou ameaça, em que há a necessidade de serem retirados do núcleo familiar ou da convivência comunitária. Sendo assim, os serviços que atuam nesta modalidade de proteção são a Casa Lar ou Acolhimento Institucional, Casa de Passagem, Albergue, entre outras.

O Caderno de Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento (2009) apresenta os parâmetros necessários para a organização dos serviços de proteção para crianças e adolescentes. Dentre elas, destaca-se a composição da equipe mínima de profissionais,

composta por um Coordenador, com nível superior e experiência na função; Equipe Técnica composta por dois profissionais de nível superior que, de acordo com a NOB – RH/SUAS, (2005), trata-se de uma equipe psicossocial de Psicólogos e Assistentes Sociais. Prevê ainda, um Educador Social e um Auxiliar de Educador Social para até 10 (dez) acolhidos, por turno, podendo aumentar a quantidade desses profissionais conforme a demanda da instituição.

Em relação à atuação do psicólogo, esta é prevista em todos os níveis de proteção que dizem respeito à estruturação do SUAS, seja no nível de Proteção Social Básica, Média ou de Alta Complexidade. Cruz e Guareschi (2016, p. 21) se referem a esta divisão como sendo “a grande porta de entrada de psicólogos no campo”, embora ainda não se tenha conhecimento de registros efetivos a respeito da trajetória e atuação da psicologia na Assistência Social. Conforme a Nota Técnica (2016, p. 42) emitida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), que dispõe sobre os parâmetros para a atuação das (os) profissionais de psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em parceria com a Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS), é função do psicólogo enquanto membro da equipe técnica do serviço de acolhimento institucional:

contribuir com a garantia de espaços de acolhida, formação e reflexão das trabalhadoras e trabalhadores do Serviço, a fim de que estes possam compreender a especificidade dos vínculos estabelecidos em um acolhimento caracterizado pela sua transitoriedade.

Neste sentido, ainda a respeito dos enfoques metodológicos com vistas a propor ações no âmbito social, especialmente no espaço do acolhimento institucional, o Caderno de Orientações Técnicas (CONANDA, 2009), prevê que a equipe técnica, composta pelo Assistente Social e Psicólogo, auxiliem os educadores sociais no desempenho de suas funções, visando o aprimoramento do cuidado prestado às crianças e adolescentes acolhidos. Destaca-se ainda a importância da realização de estudos de caso com a participação dos educadores sociais, a fim de refletir sobre o trabalho desenvolvido na instituição, bem como intervenções que visem melhorias no atendimento aos acolhidos e o desenvolvimento de um ambiente estruturante para a criança e ao adolescente. Além disso, é evidente a necessidade de participação do psicólogo no desenvolvimento de ações voltadas ao suporte técnico oferecido aos educadores sociais, com vistas ao aprimoramento da atuação desses profissionais, dentre elas a elaboração de capacitação.

Portanto, compreende-se a importância do psicólogo nessas instituições, haja vista que sua atuação deve ser dirigida tanto aos acolhidos, quanto aos profissionais que trabalham nas

instituições de acolhimento, incluindo os educadores sociais. Sendo assim, o documento de Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes (CONANDA, 2009), refere-se ao psicólogo, enquanto componente de uma equipe técnica, responsável pela seleção, orientação e capacitação dos educadores sociais.

Por outro lado, em relação à formação acadêmica do profissional de psicologia, estudos apontam para o fato do psicólogo ainda estar se apropriando destes espaços. Conforme Lisboa e Barbosa (2009, apud SILVA et al, 2015, p. 59), “há uma grande insatisfação no que se refere à formação do psicólogo, sendo ela vista como deficitária tanto no que diz respeito à formação técnica quanto à formação epistemológico-científica”.

Conforme o Painel Nacional de Acolhimento e Adoção (CNJ, 2019), existem no estado de Santa Catarina cerca de 132 instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, atualmente estão acolhidos, no Brasil, sob medida de proteção, mais de 29.800 crianças e adolescentes. No estado de Santa Catarina são 1.433 crianças e adolescentes acolhidos, e desse total, 807 são crianças e 626 são adolescentes. Costa (et al, 2018, p. 3), afirma que “nessas instituições, elas são cuidadas por funcionários denominados educadores sociais, responsáveis por oferecerem condições básicas de alimentação, saúde, educação, higiene e afeto”.

Segundo Salina-Brandão & Williams (2009), a institucionalização pode interferir no desenvolvimento dos acolhidos, de forma a facilitar ou dificultar este processo, a depender dos fatores de proteção presentes nestes espaços, tais quais: as habilidades dos funcionários em reconhecer os objetivos da instituição e identificar a relação entre seu trabalho e dos demais funcionários da entidade, uma cultura institucional que proporcione a educação continuada dos funcionários, entre outros.

Sendo assim, crianças e adolescentes acolhidos em instituições com condições precárias de cuidados tendem a sofrer consequências negativas em seu desenvolvimento psicológico e social, além de sentimento de insegurança, perda da capacidade de estabelecer vínculos e confiança (COSTA *et al*, 2018 apud CICHETTI; TOTH, 2005).

Algumas pesquisas a respeito do perfil e trabalho dos educadores sociais apontam para a importância da capacitação destes profissionais e, embora nas orientações dos serviços de acolhimento estas atividades sejam de responsabilidade das próprias entidades, observa-se uma defasagem dessa iniciativa, bem como a necessidade de propostas de capacitações e formações efetivas para o educador social. Costa (et al, 2018, p. 6) afirma, a partir de uma pesquisa realizada com nove educadores sociais de uma casa de acolhimento, no Rio de Janeiro, que sete deles relataram ter escolhido a profissão com o intuito de proteção “para que

outros jovens pudessem receber o carinho, a atenção e a orientação que os educadores sociais dizem não terem recebido”.

Serrão e Baleeiro (1999 apud COSTA et al, 2018, p. 5), sinalizam para a necessidade de uma flexibilidade na postura do educador social frente a relação com os acolhidos, pois para os autores, faz-se necessário um certo distanciamento para que o profissional possa observar “sua própria prática e percebê-la por meio de um olhar mais crítico e menos pessoal”. Estas e outras questões apontam para a falta de acesso e conhecimento dos educadores sociais com relação às suas funções e, ainda, para a possibilidade de “uma prática baseada na intuição dos educadores sociais que reflete experiências vividas por eles” (op. cit., p. 6).

A partir deste contexto, percebe-se a necessidade de efetuar capacitações e formações aos profissionais que atuam nas casas de acolhimento, enquanto educadores sociais, levando em consideração o perfil necessário para cada área de conhecimento, bem como, o perfil dos próprios acolhidos, entendendo que as crianças e adolescentes que se encontram em uma instituição de acolhimento, estão sob uma medida de proteção, sendo o trabalho dos educadores sociais tão importante quanto o da equipe técnica, no sentido de garantir que seus direitos não sejam violados novamente.

O presente estudo surgiu a partir de um estágio realizado na Diretoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, ligada à Secretaria de Assistência Social de São José/SC. Durante este período, foi possível acompanhar, de perto, o trabalho da gestão das casas de acolhimento no município e, ainda, as demandas apresentadas pelas crianças e adolescentes acolhidos, bem como, pelos profissionais dos referidos serviços, incluindo os educadores sociais e as equipes técnicas.

Compreende-se que, no dia a dia da sua atuação, as equipes técnicas envolvem-se com as demandas burocráticas do acolhimento, como produção de relatórios, agendamentos de consultas de saúde, demandas escolares e judiciais, etc. e, dessa forma, deixam em segundo plano os educadores sociais e suas demandas de trabalho.

É comum que haja certos conflitos entre educadores sociais e os acolhidos, geralmente, por conta desses profissionais não conhecerem as formas de manejo adequadas, devido a falta de preparo profissional e orientação. Diante disso, considerou-se necessário um levantamento de informações com vistas a identificar e caracterizar os elementos intrínsecos ao trabalho dos educadores sociais, a fim de se pensar na elaboração de capacitação das educadoras sociais que atuam em casas de acolhimento para crianças e adolescentes, a partir das condutas apresentadas pelas profissionais em suas rotinas de trabalho, especificamente, no

que diz respeito ao manejo com os(as) acolhidos(as) e o conhecimento de suas atribuições e contribuições ao espaço institucional de acolhimento. Durante uma busca por capacitações oferecidas aos educadores sociais, pelo município de São José/SC, observou-se uma dificuldade em localizar tais registros.

Destarte, chegamos à pergunta norteadora desta pesquisa: quais as necessidades de formação continuada de educadores sociais que atuam nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes?

Em um primeiro momento, foi realizada uma pesquisa nas bases de dados PePSIC, Scielo e BVS Psicologia Brasil de artigos que contemplam o assunto. Para a pesquisa foram utilizados termos como “Acolhimento Institucional”; “Abrigo”; “Criança e adolescente”; “Educadores Sociais” e “Capacitação”. Foram encontradas 17 publicações cujas temáticas aproximavam-se desta proposta. Deste total, sete publicações referem-se ao trabalho de educadores sociais em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, e uma está relacionada às questões de transtornos mentais comuns em educadores sociais. Não foram estabelecidos pontos de corte quanto ao período das publicações, tendo em vista a pouca quantidade de artigos relacionados à temática, assim, os artigos selecionados correspondem aos anos de 2010 a 2021. Em relação a origem dos artigos, ambos correspondem a pesquisas nacionais. A partir deste levantamento, chegou-se à conclusão de que há uma necessidade de produção de conhecimento científico a respeito da temática apresentada, especialmente, no que se refere ao papel de educadores sociais nos espaços de acolhimento para crianças e adolescentes, no estado de Santa Catarina, considerando que a região Sul tem o segundo maior índice de crianças e adolescentes acolhidos no país, conforme dados do Painel Nacional de Acolhimento e Adoção (CNJ, 2019).

Dessa maneira, a presente pesquisa teve como objetivo caracterizar os elementos fundamentais para a elaboração de capacitação de educadores sociais que atuam em casas de acolhimento para crianças e adolescentes, no município de São José/SC, a partir das experiências desses profissionais. Para tal, considerou-se necessário: conhecer as legislações que regulamentam a profissão do Educador Social e as relativas às casas de acolhimento no que se refere à formação da equipe técnica; identificar as principais demandas do trabalho dos educadores sociais e equipe técnica; diagnosticar as necessidades de formação continuada pelos educadores sociais; e verificar a relação da equipe técnica (psicólogo e assistente social) para o processo de formação do educador social.

## 2 METODOLOGIA

Esta pesquisa possui um enfoque qualitativo, visto que busca conhecer as necessidades de formação para a atuação profissional dos educadores sociais em casas de acolhimento de crianças e adolescentes. Para Minayo (2009, p. 21) a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos valores e atitudes, sendo esse conjunto de fenômenos entendido como parte da realidade social, pois “o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes”.

Quanto ao delineamento, trata-se de uma pesquisa de levantamento, pois proporciona um “conhecimento direto da realidade”, ou seja, à medida que os participantes informam sobre sua realidade, há menos possibilidades de “interpretações subjetivas dos pesquisadores”. (GIL, 2002, p. 51).

O objetivo se delinea como exploratório, conforme Gil (2008), pois a pesquisa tem como finalidade desenvolver conceitos e ideias, visando a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

A presente pesquisa contou com 17 participantes, dentre eles educadoras sociais, coordenadoras e psicólogas atuantes em casas de acolhimento para crianças e adolescentes, no município de São José/SC. No total, são três instituições destinadas ao acolhimento de crianças e adolescentes, de ambos os sexos, com ou sem deficiência. A execução dos serviços é realizada por meio de parceria com uma Organização da Sociedade Civil (OSC), selecionada por meio de um Edital de Chamamento Público.

De acordo com o Painel da Vigilância Socioassistencial (2021), publicado pela Prefeitura Municipal de São José/SC, encontram-se acolhidos 52 crianças e adolescentes no município, sendo o abandono, violência física e negligência, apontados como os principais motivos de encaminhamento para acolhimento institucional, sendo este último, o mais registrado em 28,95% dos casos.

Foram preparados roteiros para cada área profissional (psicólogo, assistente social e coordenador), a partir dos objetivos estabelecidos, utilizados como instrumentos de coleta de dados, considerando o papel e perfil de atuação dos participantes e aplicados por meio de entrevistas semiestruturadas. O roteiro de entrevista dos educadores sociais possui 18 (dezoito) perguntas, dos psicólogos(as) 11 (onze) e dos coordenadores(as), 7 (sete) perguntas.

O contato com os profissionais foi feito após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNISUL (CEP/UNISUL, expedido a partir do processo nº

61156422.3.0000.5369) e autorização da coordenação geral das instituições de acolhimento participantes, através da assinatura da Declaração de Ciência e Concordância das Instituições Envolvidas. Os convites aos participantes foram realizados através de contato telefônico, sendo a participação dos(as) psicólogos(as) e educadores(as) sociais solicitadas por intermédio da coordenação de cada uma das casas de acolhimento. Todos os profissionais das três casas de acolhimento foram convidados a participarem da pesquisa, exceto as(os) assistentes sociais. Estima-se que, são 24 (vinte e quatro) educadores(as) sociais atuando nas instituições de acolhimento, destes, apenas 13 (treze) aceitaram participar do estudo de forma voluntária. Em relação à participação das coordenações, cada uma das três instituições possui uma coordenadora, foram entrevistadas apenas duas delas, considerando que, no momento da pesquisa, a coordenadora de uma das casas de acolhimento encontrava-se como coordenadora geral das instituições, não podendo ser participante. A respeito das psicólogas, embora cada casa de acolhimento possua uma profissional como parte integrante da equipe técnica, participaram da pesquisa apenas duas, pois uma das casas não possuía psicóloga.

As entrevistas foram realizadas mediante a assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo realizadas apenas quatro entrevistas de forma online, por meio de aplicativo de chamadas e, o restante, de modo presencial nos espaços de acolhimento.

Os instrumentos, bem como a análise dos conteúdos obtidos, foram preparados e interpretados com base nos documentos de Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA, 2009), na Resolução nº 09 de 15 de abril de 2014 e ainda, na Tabela de Atividades dos educadores sociais, apresentada pela Classificação Brasileira de Ocupações. A partir dos depoimentos coletados, foram extraídos elementos pertinentes à elaboração de capacitação de educadores sociais que atuam nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes.

Os elementos foram categorizados e caracterizados de acordo com temáticas correspondentes, baseando-se nos documentos normativos e demais materiais teóricos a respeito dos fenômenos estudados.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Caracterização dos Participantes**

O estudo contou com 17 participantes, com idade entre 26 a 54 anos. Destes, todos foram do gênero feminino, embora não tenha sido uma exigência do estudo. Em relação à

escolaridade das participantes, três informaram ter ensino superior incompleto, sete têm ensino superior completo, seis delas possuem ensino médio completo, e uma com ensino médio incompleto, conforme pode ser verificado na Tabela 1.

As participantes estão referenciadas por meio de siglas as quais “E” representa as Educadoras Sociais, a letra “P” refere-se às psicólogas e a letra “C” representa as coordenadoras. Os números em ambas as siglas foram utilizados para distinguir as participantes, auxiliando na identificação no momento dos relatos.

Tabela 1 – Perfil dos participantes.

<b>Identificação</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Tempo de Experiência</b>
E1	Feminino	41 anos	Ensino Superior Incompleto	1 ano
E2	Feminino	30 anos	Ensino Médio Completo	1 ano
E3	Feminino	54 anos	Ensino Médio Completo	8 meses
E4	Feminino	42 anos	Ensino Superior Completo	4 meses
E5	Feminino	29 anos	Ensino Superior Incompleto	5 meses
E6	Feminino	38 anos	Ensino Médio Incompleto	1 ano
E7	Feminino	49 anos	Ensino Médio Completo	7 meses
E8	Feminino	37 anos	Ensino Superior Completo	8 meses
E9	Feminino	38 anos	Ensino Médio Completo	1 ano
E10	Feminino	29 anos	Ensino Superior Completo	1 ano
E11	Feminino	48 anos	Ensino Médio Completo	4 anos
E12	Feminino	32 anos	Ensino Superior Incompleto	3 anos
E13	Feminino	26 anos	Ensino Médio Completo	4 anos
C1	Feminino	40 anos	Ensino Superior Completo	10 anos
C2	Feminino	42 anos	Ensino Superior Completo	4 anos

P1	Feminino	27 anos	Ensino Superior Completo	4 anos
P2	Feminino	28 anos	Ensino Superior Completo	3 anos

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Após a transcrição das entrevistas, foi possível analisar os conteúdos obtidos e assim, fazer a seleção de informações pertinentes ao objetivo da presente pesquisa, a identificação das necessidades de capacitação para a atuação dos educadores sociais no município de São José/SC.

Tais elementos foram categorizados e caracterizados à luz de documentos, normas e dos conteúdos já existentes a respeito da temática, a fim de fundamentação teórica, conforme seguem os itens.

#### **4.2 Conhecimento das Legislações e Normas que orientam o trabalho do Educador Social em uma instituição de acolhimento**

Durante o processo de entrevistas, foi possível identificar a necessidade das educadoras sociais em conhecer e exercer as suas funções conforme preveem as normas e orientações técnicas dos serviços de acolhimento. Ao responderem a seguinte questão, *“Como você entende o papel do(a) educador(a) social no acolhimento?”* As entrevistadas referiram-se à função do educador social como a de *“ajudar”* e *“proteger”* os(as) acolhidos(as). Uma das participantes afirmou que *“o papel do educador, é sentar, conversar, se tiver que fazer uma atividade com eles, vai fazer. [...] a gente é pra ajudar elas, nas questões que elas mais precisam [...] quando a gente não consegue, aí a gente vai mais além [pedir ajuda para a equipe técnica]”* - E1.

Ademais, algumas das participantes atribuíram às suas funções, cuidados relacionados à maternidade. E3 declarou que *“o educador social é o mesmo que uma mãe, a gente tem que cuidar de todas as maneiras, desde o tomar banho. A gente tem que ensinar o que é certo e errado, tem que dar os remedinhos, a gente lava, leva para a escola... um serviço de mãe”*.

É possível observar uma compreensão equivocada a respeito das funções do educador social. De acordo com a Resolução nº 09 de 15 de abril de 2014, as atividades descritas se aproximam mais do trabalho do cuidador social, cujas funções estão ligadas aos cuidados básicos essenciais para a vida diária das crianças e adolescentes acolhidos, como atividades de higiene, organização, alimentação e lazer, etc. Enquanto que, a atuação do educador social

está voltada para o desenvolvimento de atividades socioeducativas que visam “à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias” (BRASIL, 2014).

Cabe ressaltar que ambos os papéis de cuidador e educador social, são fundamentais para o funcionamento do serviço de acolhimento, contudo, é necessário compreender a diferença entre um e outro, a fim de que os referidos profissionais reconheçam o seu lugar de atuação e possam desempenhar suas funções conforme o que é previsto nas normas e orientações. Tal questão entra em evidência a partir da fala de uma das participantes entrevistadas, E4 declara que *“as vezes você tem que fazer a função de enfermeira, você tem que fazer a função de limpeza, tem que fazer a função de merendeira [...] a única coisa que eu não faço aqui, é ser educadora social”*.

A partir dos relatos, identificam-se falas baseadas no senso comum, ideias compartilhadas por um grupo de profissionais que, embora trabalhem em espaços diferentes, possuem representações semelhantes da figura do educador social e suas funções. A Teoria das Representações Sociais, proposta por Serge Moscovici (2003), expressa o processo de apropriação do sujeito em relação ao conhecimento científico, produzindo assim, um conhecimento de senso comum, tornando-o mais fácil de ser compreendido pelo grupo, considerando a dimensão social e a subjetividade dos indivíduos (apud BARROS; NAIFF, 2015). Sendo assim, as noções que as profissionais compartilham do papel do educador social na instituição de acolhimento, exprimem suas experiências pessoais e profissionais, vivenciadas no contexto do acolhimento institucional e fora dele, baseando-se muitas vezes nas suas crenças e intuição.

A falta de tempo, devido a rotina de trabalho, também é apontada como dificultadora da atuação das educadoras sociais. Em entrevista com a PI esta se refere às educadoras sociais como *“peças chaves”* pensando no funcionamento do acolhimento institucional, contudo, reconhece a dificuldade das profissionais em desenvolver algum tipo de atividade ou ainda, promover um tempo de qualidade com os acolhidos, ademais, explica que não se dá por falta de vontade mas, de tempo e conhecimento: *“elas são consumidas pela rotina”*.

#### **4.3 A atuação do educador social em função da construção de vínculos com os acolhidos**

No momento em que as crianças e adolescentes adentram o espaço de acolhimento, a primeira pessoa com quem geralmente têm contato, é o educador social. Por um período, esta será a pessoa de referência dentro daquele espaço e a construção de vínculo é inevitável. Assim, “o tipo de relação estabelecida com os educadores desempenha papel central no

desenvolvimento das crianças e dos adolescentes abrigados, à medida que serão os adultos que assumirão o papel de orientá-los e protegê-los, constituindo, nesse momento, os seus modelos identificatórios” (AVOGLIA et al, 2012, p. 273).

É importante que o educador social tenha entendimento da sua influência na constituição da subjetividade dos acolhidos. A percepção que esses profissionais têm a respeito das crianças e adolescentes e do espaço de acolhimento, bem como, a forma como direcionam os cuidados a eles, tem relação direta na construção dos vínculos. De acordo com Cintra e Souza (2010, p. 826),

é através dos processos de identificação, que a criança pode ter o adulto como uma referência, mas também como limite às suas demandas pulsionais. Abandonar esta tarefa ou praticá-la de maneira extremada, de forma a impedir a manifestação daquilo que é singular a cada sujeito, consiste no fracasso da educação.

Durante o processo de coleta de dados, quando questionadas a respeito dos vínculos com os acolhidos, as educadoras afirmaram possuir uma relação “boa” e, devido à rotina de trabalho, é comum que tenham mais “afinidade” com alguns acolhidos do que com outros. *E4*, relatou que não consegue se “dividir” para todos os acolhidos e, acaba voltando a sua atenção e cuidado para um ou outro, cujas demandas são mais emergentes.

Por outro lado, em alguns dos relatos é possível identificar fragilidades nas relações entre as educadoras sociais e os acolhidos, principalmente com os adolescentes. As profissionais se referiram a certos comportamentos reproduzidos pelos acolhidos, como sendo inaceitáveis, *E5* relata sua dificuldade em compreender tais atitudes, afirma que não entende “o porquê dos acolhidos não ouvirem as orientações das educadoras e terem sempre uma justificativa para certas atitudes, ainda que elas (educadoras) expliquem que estão aqui (instituição) para ajudá-los”. Os comportamentos inaceitáveis a que se referem, dizem respeito a agressividade e xingamentos.

No decorrer do sua atuação, é possível que os(as) educadores(as) sociais desenvolvam estratégias de proteção diante da realidade da sua rotina de trabalho, a fim de amenizar o sofrimento decorrente do vínculo construído com os acolhidos. *E4* afirma que costumava “deixar o acolhimento chorando, depois de um plantão e, por conta disso, procurou somente fazer o seu trabalho, sem se envolver tanto com as demandas”.

Conforme as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes (CONANDA, 2009), o acolhimento institucional deve favorecer os vínculos afetivos entre os acolhidos e os educadores sociais, incentivando o diálogo das crianças e

adolescentes com os profissionais e pessoas de referência, a respeito dos seus sentimentos e angústias, diante do afastamento familiar.

Destarte, a falta de conhecimento a respeito das histórias de vida dos acolhidos e dos motivos que os levaram ao acolhimento institucional, pode contribuir para as fragilidades das relações, possibilitando o pré julgamento e condutas inadequadas diante de certas atitudes apresentadas pelos acolhidos. *C1* afirma que as educadoras sociais não têm acesso a todas as histórias e, por vezes, podem ver alguma atitude “*apenas como uma malcriação*”, sendo necessária a intervenção da equipe, a fim de explicar o porquê de algumas ações das acolhidas. Durante a entrevista com a *PI*, esta relatou situações em que precisou mediar a relação entre uma educadora e uma das crianças acolhidas, em que a profissional havia dado uma tarefa e o acolhido não teria executado, gerando um desentendimento entre eles. A profissional técnica afirmou que a necessidade de mediação é comum.

Ambas as educadoras entrevistadas afirmaram ter pouco ou nenhum conhecimento do contexto de vida das crianças e adolescentes ou dos motivos que culminaram o acolhimento, afirmaram que as informações que têm, geralmente, são fornecidas pelos próprios acolhidos ou pelos profissionais responsáveis pelo encaminhamento sendo, geralmente, o Conselho Tutelar.

De modo geral, as entrevistadas afirmaram que a equipe técnica e coordenação não têm o hábito de passar todas as informações, apenas aquilo que consideram importante. *E1*, afirma que não costuma perguntar sobre o histórico e motivos do acolhimento das adolescentes e, quando fica sabendo de algo grave, procura informar à equipe técnica e solicitar orientações, contudo, acredita que “*se você não vai poder ajudar, pra que você saber? Eu vou a fundo quando eu vejo que posso trabalhar. Nem todo mundo precisa saber porque elas estão aqui dentro*”. Por outro lado, *E2* afirma que se sente “perdida” em sua atuação, diante da falta de informação a respeito do histórico dos direitos violados.

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), considera que parte da função do educador social, é desenvolver ações para a garantia de direitos dos acolhidos, bem como identificar suas necessidades e demandas. Para tanto, é necessário receber informações a respeito do direito violado, criar vínculos, conscientizar e aconselhar os acolhidos.

Da mesma forma, o vínculo com as famílias das crianças e adolescentes faz parte do trabalho do educador social. Após o acolhimento da criança e/ou do adolescente, dá-se início ao acompanhamento familiar, a fim de que seja trabalhada sua reinserção no núcleo de origem ou, quando necessário, o encaminhamento para a família extensa ou adotiva. O educador exerce um papel importante neste processo, especialmente quando o retorno da criança e/ou

do adolescente para a família de origem é apontado como uma possibilidade. Esta decisão deve levar em consideração o ponto de vista dos educadores sociais, visto que parte do papel destes profissionais é desenvolver atividades socioeducativas que visem o acompanhamento e fortalecimento dos vínculos familiares. De acordo com as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes (CONANDA, 2009), “é importante compreender como as famílias estão vivenciando a situação de afastamento de seus filhos e potencializá-las para a retomada do convívio e exercício de seu papel de proteção e cuidados” (p. 54).

Contudo, a partir das entrevistas é possível afirmar que o vínculo entre os educadores sociais e os familiares das crianças e adolescentes acolhidos, é inexistente, ambas as participantes relataram que o contato com os familiares se dá apenas no momento das visitas. *E1* relata que quando contratada, lhe foi dito que não poderia ter vínculo com os familiares, caso contrário, acredita que “*poderia prejudicar o seu trabalho*”.

#### **4.4 O trabalho Multidisciplinar entre o educador social e a equipe técnica da casa de acolhimento**

Os educadores sociais, equipe técnica e coordenadores, são profissionais que compõem a estrutura dos serviços de acolhimento institucional e devem trabalhar de forma conjunta a fim de garantirem a proteção e os direitos das crianças e adolescentes acolhidos. Contudo, durante as entrevistas, observou-se uma atuação distante entre as educadoras sociais, equipe técnica e coordenação. Quando questionadas sobre o trabalho multidisciplinar entre equipe técnica e educadoras sociais, *E13* afirma que “*existe uma barreira entre elas*”. Corroborando com esta ideia, *E3* afirma que por vezes se sente desautorizada pela equipe, relata que “*quando eu vou orientar um adolescente, ele se revolta, desce e aqui [se referindo a sala da equipe técnica] e tudo é resolvido*”.

As Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes (CONANDA, 2009), reconhecem o educador social como uma figura de autoridade “e, como tal, não deve ser desautorizado pelos outros profissionais do serviço (técnicos, coordenadores), sobretudo na presença da criança e do adolescente. Além disso, devem contar com apoio e orientação permanente por parte da equipe técnica do serviço” (p. 53). *E2* atenta para a importância dos espaços de escuta fornecidos às educadoras sociais: “*o educador não tem voz. Quando os educadores tiverem voz, tudo vai mudar. Eles (acolhidos) vão ter mais respeito*”.

Em entrevista, *CI* afirma que o trabalho do educador social é um dos mais importantes, na sua opinião, *“pois são elas (educadoras sociais) que convivem um dia inteiro com as acolhidas”*, por isso considera a importância de uma *“linha de trabalho”* coesa entre as equipes. Por outro lado, afirma o cuidado no fornecimento das informações a respeito do histórico de vida das acolhidas, demonstrando preocupação quanto ao sigilo por parte das profissionais.

Ao questionar a respeito da participação das educadoras sociais no planejamento de atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado, na instituição de acolhimento, *E1* afirmou que costumam participar apenas das decisões referentes à rotina e regras de convivência. Embora as coordenadoras entrevistadas reconheçam a importância do papel do educador social, apontam para a falta de preparo e a necessidade de capacitações.

#### **4.5 O manejo diante das demandas de saúde mental apresentadas pelos acolhidos**

As dificuldades no manejo diante das demandas de saúde mental dos acolhidos, especificamente, nas casas de acolhimento dos(as) adolescentes, foi apontada como sendo a parte mais difícil do trabalho de pelo menos 8 (oito) das educadoras sociais entrevistadas. *E1* relata que grande parte das adolescentes acolhidas, possui alguma demanda psiquiátrica. No momento da entrevista, relatou uma situação envolvendo uma delas e afirmou que se sentiu despreparada em relação ao manejo: *“os surtos me assustem bastante”*. Outras educadoras reconhecem suas dificuldades em relação ao modo como podem intervir nos episódios de *“surtos”* dos(as) acolhidos(as) com alguma demanda de saúde mental: *“a gente não sabe como lidar, tem vezes que estão [acolhidos] em crise e a gente não sabe o que fazer [...] esses momentos são bem complicados”* (*E12*).

Observa-se ainda, um discurso de exclusão que sugere a institucionalização dos acolhidos com algum diagnóstico em espaços de tratamento psiquiátrico, *E2* expõe: *“Eu acho que tem crianças que não deveriam estar no espaço de acolhimento, especiais assim, dessa forma, deveriam estar no IPQ [Instituto de Psiquiatria], um lugar que eles tenham mais cuidado e segurança”*. Tal fala vai de encontro com os movimentos e ideais da Reforma Psiquiátrica, a qual propõe o fim do isolamento desses sujeitos e redireciona os atendimentos a uma Rede de Atenção Psicossocial.

As crianças e adolescentes encaminhados para o acolhimento institucional sofreram algum tipo de violência, podendo acarretar em prejuízos psicológicos que interferem no seu desenvolvimento saudável. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13

de julho de 1990, em seu art. 101 prevê o tratamento psicológico e psiquiátrico para as crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados. Contudo, o acesso se dá por meio da rede, visto que o psicólogo é o único profissional de saúde mental compondo a equipe de profissionais das instituições de acolhimento e, conseqüentemente, aquele que poderia intervir nas situações de emergência.

Cabe, portanto, ressaltar a importância da orientação adequada dos profissionais educadores(as) sociais em relação ao manejo das demandas de saúde mental presentes nos espaços de acolhimento, bem como, da conscientização a respeito das condutas adotadas diante de algum episódio.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O conteúdo apresentado, expõe a realidade do trabalho das educadoras sociais atuantes no município de São José/SC. Através das informações coletadas foi possível responder a pergunta norteadora deste estudo a respeito de quais as necessidades de formação continuada de educadores sociais que atuam nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes? Por meio da metodologia de pesquisa qualitativa e exploratória, foi realizado um levantamento das questões apontadas pelas participantes, como sendo necessárias para a elaboração de um processo de capacitação, dentre as quais, foram identificadas as necessidades de conhecimento das legislações e normas que orientam o trabalho do educador social, principalmente, no que tange o papel destes profissionais no espaço de acolhimento para crianças e adolescentes vítimas de violência e/ou que se encontram em situação de risco.

Foi possível observar que parte das educadoras sociais entrevistadas não possuíam clareza a respeito das suas funções e, por isso, é comum que as profissionais confundam suas atribuições com as de cuidadoras sociais. Por outro lado, aquelas que demonstraram entendimento a respeito da atuação do educador social no espaço de acolhimento institucional, reconhecem as dificuldades em assumir tais tarefas, devido à sobrecarga de trabalho, à falta de tempo e de profissionais suficientes.

Cabe ressaltar, que tal afirmação aponta para a necessidade de refletirmos a respeito do modo como o próprio documento de orientações técnicas voltadas para os serviços de acolhimento, se refere ao educador social e cuidador social, como sendo o mesmo profissional, não havendo portanto, distinção entre as funções desempenhadas.

É necessário ainda, a compreensão a respeito da função da construção de vínculos no trabalho com os acolhidos e seus familiares, considerando que o educador social passa a ser a

pessoa de referência para as crianças e adolescentes, exercendo assim, influência sobre o processo de identificação e constituição da subjetividade destes sujeitos. Além disso, o seu trabalho está diretamente ligado à construção e fortalecimento dos vínculos familiares. A imagem do educador social é construída pela criança e o adolescente a partir das suas relações e, vice-versa, por isso a importância destes profissionais em buscar, continuamente, o aprimoramento da sua atuação a fim de evitar prejuízos dos vínculos afetivos, ou ainda, assumir uma postura equivocada em relação ao seu trabalho e o tratamento com a criança e do adolescente.

Durante o processo de entrevistas, observou-se que as educadoras sociais se referiam aos acolhidos e seus comportamentos, utilizando termos equivocados demonstrando a falta de compreensão a respeito dos fenômenos por trás das referidas atitudes. Tal afirmação nos leva a outro elemento pontuado pelas educadoras sociais durante o estudo, a qual se refere às dificuldades de manejo diante das demandas de saúde mental apresentadas pelos(as) acolhidos(as), principalmente, as profissionais que atuam nas instituições que acolhem adolescentes, cuja intervenção em uma situação de crise, expõe o despreparo por parte das educadoras sociais e a falta de suporte institucional adequado.

Ainda em relação às necessidades pontuadas pelas participantes, destaca-se o reconhecimento da importância do trabalho multidisciplinar entre a equipe técnica, coordenação e as educadoras sociais. A partir dos relatos das profissionais de ambas as categorias, observou-se um certo distanciamento no que diz respeito ao trabalho em equipe, isso se deve à percepção da equipe técnica e coordenação a respeito das funções desempenhadas pelas profissionais que, embora reconheçam a importância das educadoras sociais nos processos de trabalho com os acolhidos(as), expressam preocupação em relação a conduta e postura técnica das referidas profissionais.

Em relação a oferta de capacitações, seja por parte da entidade responsável pela execução dos serviços de acolhimento ou ainda pelo município de São José/SC, ambas as educadoras sociais afirmaram que a instituição costuma fornecer, de forma pontual, porém a participação não é obrigatória. Das 13 (treze) educadoras sociais entrevistadas, apenas quatro delas participaram de alguma capacitação ao longo do exercício da profissão.

Diante disso, cabe ainda refletir a respeito da contribuição do psicólogo, enquanto componente de uma equipe técnica e, ainda, responsável pelo apoio e acompanhamento dos educadores sociais, cujas atribuições incluem ainda a participação no processo de seleção e capacitação destes profissionais, tendo em vista que, durante o processo de formação inicial/acadêmico do estudante de psicologia, este campo de atuação é pouco explorado.

Assim, observa-se ainda, a necessidade de aproximação entre a formação acadêmica e a realidade da prática profissional.

Conclui-se, portanto, que os objetivos desta pesquisa foram alcançados, contudo, vale destacar a necessidade de estudos futuros a respeito da temática, principalmente no que diz respeito à atenção em saúde mental dos educadores sociais, visto que, conforme os conteúdos obtidos por meio das entrevistas com estas profissionais, a falta de suporte, a exaustão diante das demandas que permeiam o espaço de acolhimento institucional, o cansaço devido a carga horária de trabalho, as jornadas de plantão duplicados, a baixa remuneração e, ainda, a falta de orientação a respeito das suas funções, foram algumas das questões levantadas pelas profissionais.

Tais questões, apontam para um cenário onde há uma rotatividade de profissionais, com pouca ou nenhuma experiência de trabalho no âmbito socioeducativo, evidenciando a urgência do olhar da gestão municipal, bem como da entidade responsável pela oferta dos serviços, voltado para estrutura organizacional dos espaços institucionais de acolhimento para crianças e adolescentes.

De modo geral, o cenário encontrado retrata a debilidade com relação à oferta de capacitações e formação continuada voltadas para o trabalho das educadoras sociais que atuam no município de São José/SC.

## REFERÊNCIAS

AVOGLIA, Hilda Rosa Capelão; SILVA, Andreia Maria da; MATTOS, Pammela Makarowits de. Educador social: Imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional. Rev. Mal-Estar Subj, Fortaleza , v. 12, n. 1-2, p. 265-292, jun. 2012 .

Disponível em

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482012000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482012000100010&lng=pt&nrm=iso)>.

BARROS, Nilma Soares; NAIFF, Luciene Alves Miguez. Capacitação para educadores de abrigo de crianças e adolescentes: identificando representações sociais. Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro , v. 15, n. 1, p. 240-259, abr. 2015 . Disponível em

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812015000100014&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000100014&lng=pt&nrm=iso)>.,

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei do Senado nº 328/2015. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências.

Brasília, 2015. Disponível

em:<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4427478&disposition=inline>

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 5.346 de 2009. Dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências. Brasília, 2017. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=node0j1292ryrxrygbbqrw5ecna9p3445559.node0?codteor=1602478&filename=Avulso+-PL+5346/2009](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0j1292ryrxrygbbqrw5ecna9p3445559.node0?codteor=1602478&filename=Avulso+-PL+5346/2009)

BRASIL. Classificação Brasileira de Ocupações: CBO – 2010 – 3. ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010. Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/515305-educador-social>

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Lei nº 8.742 de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm)

BRASIL, Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB – RH/SUAS.

Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome – MDS. 2005. BRASIL, Política Nacional da Assistência Social – PNAS – Versão Original. Disponível em:

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/NOB-RH\\_SUAS\\_Anotada\\_Comentada.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf)

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul.

1990a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

BRASIL. Resolução nº 04, de 13 de março de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social – PNEP/SUAS. **Diário Oficial da**

**União**, Brasília, 13 mar. 2013. Disponível em:  
[https://www.blogcnas.com/\\_files/ugd/7f9ee6\\_4a6d96ef3cec4c8cb11dfdce0c4f3157.pdf](https://www.blogcnas.com/_files/ugd/7f9ee6_4a6d96ef3cec4c8cb11dfdce0c4f3157.pdf)

BRASIL. Resolução nº 08, de 16 de março de 2012. Institui o Programa Nacional de Capacitação do SUAS - CapacitaSUAS e aprova os procedimentos e critérios para adesão dos Estados e do Distrito Federal ao cofinanciamento federal do Programa Nacional de Capacitação do SUAS - CapacitaSUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 mar. 2012. Disponível em:  
[https://www.blogcnas.com/\\_files/ugd/7f9ee6\\_4b2097b6a244453e94a7979264370bef.pdf](https://www.blogcnas.com/_files/ugd/7f9ee6_4b2097b6a244453e94a7979264370bef.pdf)

BRASIL. Resolução nº 09, de 15 de abril de 2014. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. . **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 abr. 2014. Disponível em:  
[https://www.blogcnas.com/\\_files/ugd/7f9ee6\\_af78607da9154611830a10b485190ee7.pdf](https://www.blogcnas.com/_files/ugd/7f9ee6_af78607da9154611830a10b485190ee7.pdf)

CINTRA, Ana Lúcia; SOUZA, Mériti de. Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. Rev. Mal-Estar Subj., Fortaleza , v. 10, n. 3, p. 809-833, set. 2010 . Disponível em  
<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482010000300006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000300006&lng=pt&nrm=iso)>.

CONANDA/CNAS. Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. 2009. Disponível em:  
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf)

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota Técnica com Parâmetros para a Atuação das(os) profissionais de psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS). Brasília, CFP, 2016. Disponível em:  
<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-te%CC%81cnica-web.pdf>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. 2019. Disponível em:  
<https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=2e4a9224-b8fe-4a85-8243-f4ccee6e4f01&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=clearall>

COSTA, Camila Fornelli et al . Entre a instituição e o lar: uma odisseia com educadores. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei , v. 13, n. 1, p. 1-15, abr. 2018 . Disponível em:<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082018000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000100004&lng=pt&nrm=iso)>.

CRUZ, R. Lilian; GUARESCHI, Neuza. O Psicólogo e as Políticas Públicas de Assistência Social. 2ª Ed. RJ: Editora Vozes, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950. FREITAS, Marcos Cezar. (Org). História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora) – **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. – 28. ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social / Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). -- Brasília, CFP/CFESS, 2007 Disponível em:  
<http://www.cfess.org.br/arquivos/CartilhaFinalCFESSCFPset2007.pdf>

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em:  
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)

SALINA-BRANDÃO, A.; WILLIAMS, L. C. de A. O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica* [online]. 2009, v. 22, n. 3 [Acessado 10 Junho 2022], pp. 334-352. Disponível em:  
<<https://doi.org/10.1590/S0102-79722009000300003>>. Epub 09 Feb 2010. ISSN 1678-7153.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-79722009000300003>.

SANTOS, C., K. et al. As competências pedagógicas do educador social no processo desenvolvimento humano na educação social. Paraná: Encontro da Educação Social, 2017. Disponível em:  
[http://www.ppe.uem.br/educacaosocial/trabalhos/eixo\\_3/pdf/3.08.pdf](http://www.ppe.uem.br/educacaosocial/trabalhos/eixo_3/pdf/3.08.pdf)

SILVA, Christie Dinon Lourenço da et al . A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei , v. 10, n. 1, p. 55-65, jun. 2015 . Disponível em  
<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082015000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100005&lng=pt&nrm=iso)>.